

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO • APLICAÇÃO: 2021

TARDE

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**.
- A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A ideia de cultura foi cunhada e batizada no terceiro
quartel do século XVIII como termo sintético para designar a
administração do pensamento e do comportamento humanos.

4 A palavra “cultura” não nasceu como um termo descritivo, uma
forma reduzida para as já alcançadas, observadas e registradas
regras de conduta de toda uma população. Só cerca de um
7 século mais tarde, quando os gerentes da cultura olharam em
retrospecto para aquilo que tinham passado a ver como criação
sua e, seguindo o exemplo de Deus na criação do mundo, com
10 carga positiva, é que “cultura” passou a significar a forma
como um tipo regular e “normativamente regulado” de conduta
humana diferia de outro, sob outro gerenciamento. A ideia de
13 cultura nasceu com uma declaração de intenções.

O termo “cultura” entrou no vocabulário como o nome
de uma atividade intencional. No limiar da Era Moderna,
16 homens e mulheres, não mais aceitos como “um dado não
problematizado”, como elos preordenados na cadeia da criação
divina (“divina” como algo inegociável e com o qual não
19 devemos nos imiscuir), indispensáveis, ainda que sórdidos,
torpes e deixando muito a desejar, passaram a ser vistos ao
mesmo tempo como maleáveis e terrivelmente carentes de
22 ajustes e melhoras. O termo “cultura” foi concebido no interior
de uma família de conceitos que incluía expressões como
“cultivo”, “lavoura”, “criação” — todos significando
25 aperfeiçoamento, seja na prevenção de um prejuízo, seja na
interrupção e reversão da deterioração. O que o agricultor fazia
com a semente por meio de atenção cuidadosa, desde a
28 semeadura até a colheita, podia e devia ser feito com os
incipientes seres humanos pela educação e pelo treinamento.
As pessoas não nasciam, eram feitas. Precisavam tornar-se
31 humanas — e, nesse processo de se tornar humanas (uma
trajetória cheia de obstáculos e armadilhas que elas não seriam
capazes de evitar nem poderiam negociar, caso fossem
34 deixadas por sua própria conta), teriam de ser guiadas por
outros seres humanos, educados e treinados na arte de educar
e treinar seres humanos.

O termo “cultura” apareceu no vocabulário menos de
cem anos depois de outro conceito moderno crucial, o de
“gerenciar”, que significa, segundo o **Oxford English**
40 **Dictionary**: “forçar (pessoas, animais etc.) a se submeter ao
controle de alguém”, “exercer efeito sobre”, “ter sucesso em
realizar”. E mais de cem anos antes de outro sintético, de
43 “gerenciamento”, o de “obter sucesso ou sair-se bem”.
Gerenciar, em suma, significava conseguir que as coisas fossem
feitas de uma forma que as pessoas não fariam por conta
46 própria e sem ajuda. Significava redirecionar eventos segundo
motivos e desejo próprios. Em outras palavras, “gerenciar”
(controlar o fluxo de eventos) veio a significar a manipulação
49 de probabilidades: fazer a ocorrência de certas condutas
(iniciais ou reativas) de “pessoas, animais etc.” mais provável,
ou, de preferência, totalmente improvável a ocorrência de
52 outros movimentos. Em última instância, “gerenciar” significa
limitar a liberdade do gerenciado.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto anterior,
julgue os itens subsequentes.

- 1 De acordo com o texto, o conceito de gerenciar é mais antigo
que o termo cultura, que só apareceu no vocabulário quase um
século depois daquele.
- 2 Segundo o texto, a primeira acepção de cultura era relacionada
à noção de agricultura: o processo de tornar as pessoas
humanas por meio da educação e do treinamento é comparável
ao trabalho do agricultor.
- 3 O texto informa que o **Oxford English Dictionary** define o
termo cultura como ‘forçar (pessoas, animais etc.) a se
submeter ao controle de alguém’, ‘exercer efeito sobre’, ‘ter
sucesso em realizar’.
- 4 O verbo pronominal **imiscuir-se** está empregado, na linha 19,
com o mesmo sentido de **intrrometer-se**.
- 5 A ideia principal do texto consiste em mostrar a evolução da
noção de cultura até o surgimento de outra noção, que a
aperfeiçoa: a de gerenciamento.
- 6 Infere-se do segundo período do texto que, imediatamente após
o artigo “as”, no trecho “as já alcançadas” (l.5), está omitido
o termo **palavras**.
- 7 A supressão da vírgula empregada no trecho “homens e
mulheres, não mais aceitos como ‘um dado não
problematizado’” (l. 16 e 17) preservaria o sentido original do
texto.
- 8 Os adjetivos “maleáveis” e “carentes”, na linha 21, referem-se
a “homens e mulheres” (l.16).
- 9 O sujeito da oração “teriam de ser guiadas por outros seres
humanos” (l. 34 e 35) está oculto e se refere ao termo “As
pessoas” (l.30).
- 10 No trecho “podia e devia ser feito com os incipientes seres
humanos pela educação e pelo treinamento” (l. 28 e 29), os
termos “pela educação” e “pelo treinamento” exercem a função
de agente da passiva, veiculando o agente da ação expressa
pelo verbo **fazer**.

1 Só ao anoitecer Gregor acordou de um sono pesado,
parecido com um desmaio. Por certo, não teria acordado muito
mais tarde, mesmo que ninguém o perturbasse, pois se sentia
4 suficientemente descansado e refeito; no entanto, tinha a
impressão de que um passo furtivo e o ruído da porta do
corredor sendo fechada com cuidado o haviam despertado.
7 Aqui e ali, a luz dos postes elétricos da rua projetava pálidas
manchas no teto e no alto dos móveis, mas embaixo, onde ele
se achava, reinava a escuridão. Tateando desajeitadamente com
10 as antenas que só agora ia aprendendo a valorizar, arrastou-se
até a porta para ver o que havia acontecido por ali. Seu lado
esquerdo parecia uma única longa cicatriz que lhe dava
13 desagradáveis repuxões e o fazia coxear com suas duas fileiras
de patas. De resto, uma patinha ficou gravemente ferida
durante os incidentes da manhã — era quase um milagre que só
16 uma tivesse se machucado — e se deixava arrastar sem vida.
Só ao se aproximar da porta foi que Gregor percebeu o que o
atraíra afinal: o cheiro da comida. É que lá havia uma tigela
19 cheia de leite açucarado em que nadavam pedacinhos de pão.
Ele quase chorou de alegria, pois estava muito mais faminto do
que de manhã, e se apressou a mergulhar a cabeça quase até os
22 olhos. Mas logo a retirou, desiludido; não só porque comer lhe
era difícil por causa do flanco esquerdo — não conseguia
fazê-lo sem a cooperação do corpo ofegante — como porque,
25 ainda por cima, já não gostava de leite, até então sua bebida
preferida, com certeza o motivo pelo qual a irmã o havia
deixado ali para ele, e foi quase com repugnância que se
28 afastou da tigela e voltou capengando para o centro do quarto.

Franz Kafka. *A metamorfose*. Luiz A. de Araújo (Trad.). Barueri: Principios, 2018.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens que se seguem.

- 11 As formas pronominais “o” e “se”, na linha 3, referem-se a “Gregor” (l.1).
- 12 O termo “a luz dos postes elétricos da rua” (l.7) exerce a função de sujeito da forma verbal “projetava” (l.7), além de ser o referente do sujeito da forma verbal “reinava” (l.9), que está elíptico.
- 13 O emprego de acento agudo nas palavras “elétricos” (l.7), “pálidas” (l.7) e “móveis” (l.8) justifica-se pela mesma regra de acentuação gráfica.
- 14 Em “fazê-lo” (l.24), a forma pronominal retoma a noção veiculada pelo verbo “comer” (l.22).
- 15 Sem prejuízo do sentido original do texto, a expressão “mesmo que” (l.3) poderia ser substituída por **entretanto**.
- 16 No trecho “arrastou-se até a porta para ver o que havia acontecido por ali” (l. 10 e 11), a substituição da forma verbal “havia” por **teria** não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas poderia alterar o seu sentido original.

1 D. Amélia conformava-se com as impertinências do
marido. Cada vez mais sentia ela que a doença do seu Lula
morreria com ele. Não lutou mais, não sofreu mais. Era tudo
4 como Deus quisesse. A vida que tinha que viver seria aquela,
sem outro remédio que vivê-la. Tinha pena da filha, mas ao
mesmo tempo para que lhe desejasse casamento que fosse como
7 o seu? Para que ligar-se a um homem que viesse magoá-la,
arrancar-lhe a paz de espírito? Via Neném no seu jardim, nos
seus silêncios, na sua paz e não se queixava de não vê-la
10 casada. Iam comendo com o pouco que faziam. É verdade que
cada ano que se passava mais o Santa Fé minguava, menos
fazia. O feitor que Lula botara para ver tudo não era homem de
13 tino, era para ser mandado. E quem mandaria nele? As coisas
caminhavam como água de rio, com a correnteza levando tudo.
Tinha às vezes vontade de chamar o feitor e dar ordens,
16 mas não queria irritar o marido, era homem que não podia
se contrariar.

José Lins do Rego. *Fogo morto*. 47.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 164.

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 17 No trecho “Para que ligar-se a um homem que viesse magoá-la, arrancar-lhe a paz de espírito?” (l. 7 e 8), D. Amélia interpela o leitor do texto.
- 18 A correção gramatical do trecho “Para que ligar-se a um homem que viesse magoá-la, arrancar-lhe a paz de espírito?” (l. 7 e 8) seria mantida caso ele fosse reescrito da seguinte maneira: **Ligar-se a um homem que viesse magoá-la, arrancar-lhe a paz de espírito para que?**
- 19 Em “ligar-se” (l.7), “magoá-la” (l.7) e “arrancar-lhe” (l.8), as formas verbais estão no modo infinitivo.
- 20 As emoções de D. Amélia expressas no texto demonstram resignação dessa personagem.
- 21 No trecho “As coisas caminhavam como água de rio, com a correnteza levando tudo” (l. 13 e 14), o narrador caracteriza o ritmo dos acontecimentos por meio de elementos da natureza que evocam a situação descrita.
- 22 As orações do período “Não lutou mais, não sofreu mais” (l.3) estabelecem, entre si, relação lógica de oposição.
- 23 No trecho “Via Neném no seu jardim, nos seus silêncios, na sua paz e não se queixava de não vê-la casada” (l. 8 a 10), as vírgulas foram empregadas para marcar a intercalação do segmento “nos seus silêncios”.
- 24 A correção gramatical do trecho “Tinha às vezes vontade de chamar o feitor e dar ordens” (l.15) seria mantida caso ele fosse reescrito da seguinte forma: **Tinha às vezes vontade de chamar o feitor e dá-lo ordens.**

1 O fenômeno conhecido como judicialização da saúde
 é multifacetado. Por um lado, as ações judiciais comprometem
 uma parcela significativa do orçamento para atender demandas
 4 específicas de alguns pacientes; por outro, podem significar o
 único caminho para salvar ou prolongar a vida de pacientes,
 especialmente de pessoas com doenças raras ou crônicas, como
 7 diabetes e câncer, que dependem de medicamentos de alto
 custo. Há também o uso desse recurso extremo para
 medicamentos equivalentes aos disponíveis no sistema público
 10 de saúde e, até mesmo, para a compra de produtos como
 fraldas ou água de coco — sempre com receita médica.

A preocupação com o impacto da judicialização nos
 13 municípios é justificável. Há casos em que uma única ação
 pode comprometer todo o orçamento da saúde de uma cidade
 de pequeno porte. Algumas iniciativas buscam contornar esse
 16 obstáculo por meio de arranjos institucionais. Um dos
 exemplos mais lembrados é o de Santa Catarina. Em 1997,
 25 municípios do entorno da cidade de Lages,
 19 a 200 quilômetros de Florianópolis, uniram-se para encontrar
 melhores formas de administrar os recursos para a saúde,
 frequentemente afetados pela judicialização. Os prefeitos e
 22 gestores dos municípios perceberam que, isoladamente, era
 mais complicado enfrentar as decisões judiciais. Por meio do
 consórcio intermunicipal, criou-se um padrão comum de
 25 atuação, que evitou sobreposições de pedidos e racionalizou
 gastos e investimentos.

Bruno De Pierro. Demandas crescentes. In: Revista
 Pesquisa FAPESP, 18 (252), fev. 2017, p. 18-22 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do
 texto precedente, julgue os itens que se seguem.

- 25 O texto pode ser enquadrado no tipo dissertativo, haja vista a
 exposição de diferentes facetas de um fenômeno que se
 manifesta na atualidade, pela apresentação objetiva dos fatos
 que as caracterizam.
- 26 De acordo com o texto, o fenômeno da judicialização da saúde
 manifesta-se no contexto de um dilema, em que se confrontam
 os direitos da coletividade, por um lado, e os direitos dos
 indivíduos, por outro.
- 27 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, o termo
 “criou-se” (ℓ.24) poderia ser substituído pela locução
foi criado.
- 28 O texto defende o direito da população com doenças raras ou
 crônicas ao acesso a medicamentos de alto custo no contexto
 da crise provocada pela falta de recursos orçamentários para
 atender as demandas da saúde pública nos municípios
 brasileiros.
- 29 No trecho “a 200 quilômetros de Florianópolis” (ℓ.19), seria
 obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo
 “a” caso fosse inserida a expressão **cerca de** imediatamente
 antes do numeral “200” — **à cerca de 200 quilômetros de
 Florianópolis**.
- 30 Do período “Um dos exemplos mais lembrados é o de Santa
 Catarina” (ℓ. 16 e 17) infere-se a referência à palavra **exemplo**
 no segmento “o de Santa Catarina”.
- 31 No trecho “A preocupação com o impacto da judicialização
 nos municípios é justificável” (ℓ. 12 e 13), o adjetivo
 “justificável” tem o mesmo sentido da expressão **passível de
 justificativa**.

Acerca da gestão do Estado, julgue os itens a seguir.

- 32 As técnicas de gestão organizacional contemporâneas são
 aplicáveis a organizações públicas e privadas, de forma
 indistinta.
- 33 A gestão do Estado moderno prevê foco no cidadão, o que
 significa oferecer transparência e sistemas personalizados.
- 34 No modelo burocrático, os cargos públicos não são
 profissionalizados e as esferas econômica e política se
 apresentam unificadas.

A respeito da trajetória da administração pública brasileira, julgue
 os itens que se seguem.

- 35 Atualmente, no Brasil, a forma de Estado é unitária, a forma de
 governo é republicana e o regime é presidencialista.
- 36 No Brasil, a nova administração pública iniciou-se com a
 proposta de redução do tamanho do Estado e migrou para a
 proposta de reforma das instituições.
- 37 Entre meados do século XIX até 1930, período antecedente ao
 governo de Getúlio Vargas, a administração pública brasileira
 apresentava-se notoriamente patrimonialista, com Estado
 oligárquico e uma sociedade mercantil e senhoria.
- 38 Em 1992, lançou-se no Brasil a promoção do
 empreendedorismo governamental, que previa a atuação
 empresarial do Estado como estratégia para auferir lucros e
 aumentar o patrimônio do Tesouro Nacional.

Com relação a governança, governabilidade e *accountability*, julgue
 os itens subsecutivos.

- 39 O controle da atividade dos políticos e dos governos exercida
 pelos cidadãos por meio de voto constitui um mecanismo de
accountability horizontal.
- 40 São indicadores da governança pública preconizados pelo
 Banco Mundial a responsabilização, a estabilidade política, a
 ausência de violência e a qualidade do marco regulatório.
- 41 *Accountability* refere-se aos mecanismos disponíveis para a
 prestação de contas das ações realizadas em nome de políticas
 públicas.
- 42 Governabilidade refere-se tanto à gestão de instituições
 governamentais quanto a mecanismos formais não
 governamentais e seus efeitos sobre a conduta das pessoas.
- 43 O acesso a informação governamental pelos cidadãos é uma
 estratégia de promoção da transparência pública.

No que se refere a *compliance* e à composição do conselho de
 administração e da diretoria de empresas estatais, julgue os itens
 subseqüentes.

- 44 É vedada a indicação de dirigente estatutário de partido
 político para atuar no conselho de administração ou na
 diretoria de uma estatal.
- 45 Ainda que licenciado do cargo, titular de mandato no Poder
 Legislativo não pode ser indicado para atuar no conselho de
 administração ou na diretoria de estatais.
- 46 É permitido que pessoa que tenha participado, nos últimos
 vinte e quatro meses, da estrutura decisória de partido político
 seja indicada para atuar no conselho de administração ou na
 diretoria de uma estatal.

A respeito de auditoria governamental, julgue os itens a seguir.

- 47 Os controles internos administrativos implementados em uma organização devem prevalecer como instrumentos auxiliares de gestão.
- 48 A contribuição da auditoria operacional limita-se ao aperfeiçoamento da transparência, economicidade e eficiência dos processos.
- 49 A auditoria de conformidade envolve exclusivamente a parte responsável pela gestão dos recursos públicos, os analistas de controle externo e o auditor chefe do tribunal de contas.

Acerca do plano de auditoria baseado em risco, julgue os itens subsecutivos.

- 50 A estratégia de auditoria descreve o que fazer, e o plano de auditoria, como fazê-lo.
- 51 O auditor deve montar a documentação em arquivo e completar o processo antes da data do relatório da auditoria.
- 52 Há risco de controle quando não se consegue evitar ou detectar erro ou fraude em um processo, mesmo que este tenha sido submetido a um efetivo controle interno.

Com relação aos relatórios de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 53 Caso tenha dúvida quanto à continuidade operacional da empresa, o auditor deve incluí-la, em seu relatório, no parágrafo de opinião com ressalva.
- 54 Efeitos generalizados sobre demonstrações contábeis são aqueles que não se restringem a elementos, contas ou itens específicos das demonstrações.
- 55 O auditor deve modificar a opinião em seu relatório se não conseguir obter evidência apropriada e suficiente para concluir, por exemplo, que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não apresentam distorções relevantes.

Julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

- 56 Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- 57 Para ser nomeado conselheiro do TCE/RJ, é necessário ser brasileiro nato e satisfazer os seguintes requisitos: ter idade entre trinta e cinco e setenta e cinco anos; possuir notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e ter cumprido mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos ora mencionados.
- 58 Qualquer cidadão, associação, constituída há mais de um ano, ou sindicato, partido político, desde que este tenha assento na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades ao TCE/RJ.

Acerca dos atos sujeitos a registro, julgue os itens seguintes.

- 59 O STF determina que não é preciso assegurar o contraditório e a ampla defesa nos processos que visam a apreciação da legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- 60 De acordo com o STF, a concessão de aposentadoria ou pensão constitui ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa após o julgamento de sua legalidade pelo Tribunal de Contas da União.

A respeito da adoção de medidas cautelares pelos tribunais de contas, julgue o item que se segue.

- 61 De acordo com o entendimento do STF, a teoria dos poderes implícitos permite aos tribunais de contas adotarem medidas cautelares.

Julgue os itens subsecutivos, acerca de julgamento de contas pelo TCE/RJ.

- 62 Consoante previsto na Lei Orgânica do TCE/RJ, as decisões em processos de tomada ou prestação de contas podem ser preliminares, definitivas ou terminativas.
- 63 As comunicações processuais do TCE/RJ poderão ser feitas mediante ciência pessoal do responsável ou do interessado, pelo correio, mediante carta registrada, com aviso de recebimento, e por edital publicado no Diário Oficial do estado, quando o destinatário não for localizado.
- 64 Consoante entendimento do STF, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas câmaras municipais, com o auxílio dos tribunais de contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.

Com relação às fiscalizações realizadas pelo TCE/RJ, julgue os seguintes itens.

- 65 No exercício da fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o TCE/RJ ordenará, desde logo, a citação do responsável, para que ele, no prazo de quinze dias, apresente defesa ou recolha a quantia devida.
- 66 O TCE/RJ executará auditoria operacional quando o objetivo for examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Acerca de ato administrativo, de agentes públicos, de poderes da administração pública e de regime jurídico administrativo, julgue os itens a seguir.

- 67 **Situação hipotética:** Determinado órgão publicou a Portaria A, para tratar de certo tema. Em seguida, publicou a Portaria B, sobre o mesmo assunto da Portaria A, revogando esta expressamente. Posteriormente, editou a Portaria C, que revogou expressamente a Portaria B, sem tratar de qualquer tema. **Assertiva:** Nessa situação hipotética, a revogação da Portaria B pela Portaria C caracteriza a revogação da revogação, mas não reativa a vigência da Portaria A.
- 68 No âmbito da administração pública, é possível a existência de servidores com efetividade e sem estabilidade, bem como de servidores com estabilidade e sem efetividade.
- 69 O poder de polícia administrativa é indelegável a particulares e entre órgãos.
- 70 A prescrição e a decadência administrativas conferem destaque ao princípio constitucional da segurança jurídica, expresso com relação à administração pública.

No que se refere a serviços públicos, organizações sociais, sociedade civil de interesse público e controle da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 71 A essencialidade de certos serviços públicos é prevista tanto na Constituição Federal de 1988 quanto em leis ordinárias.
- 72 Serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fim econômico, criadas por lei para desempenhar certas atividades, integrando a administração pública indireta.
- 73 A representação e a reclamação administrativas, bem como o pedido de reconsideração de recursos administrativos, são meios que possibilitam à administração pública exercer o controle de seus atos.
- 74 Ato administrativo discricionário publicado pelo Poder Executivo de um estado poderá ser objeto de ação judicial, sendo vedado ao Poder Judiciário apreciar os motivos da elaboração desse ato.

No que diz respeito a processo administrativo e a licitações e contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 75 No decurso de um processo administrativo, eventual recurso interposto perante órgão incompetente não será conhecido, mas, nesse caso, o processo deverá ser remetido ao órgão ou à autoridade competente.
- 76 **Situação hipotética:** Um órgão administrativo celebrou contrato administrativo com sociedade empresária para determinada prestação de serviço. **Assertiva:** Nessa situação, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela administração pública, sendo vedada a contratação de terceiros para participar dessa atividade, ainda que de maneira subsidiária.
- 77 A fase externa da licitação na modalidade pregão é iniciada com a convocação dos interessados.

Com relação aos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 78 A segurança pública é um direito fundamental social.
- 79 O direito fundamental de acesso a informação assegura acesso a informações públicas e privadas.
- 80 O direito fundamental à vida é hierarquicamente superior aos demais direitos fundamentais.
- 81 O direito de liberdade de associação protege entidades que defendam mudanças legislativas e constitucionais.
- 82 Os direitos fundamentais derivam da garantia de igualdade e liberdade.

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

- 83 Em razão do princípio federativo, as Constituições dos estados não se submetem às normas da CF.
- 84 A CF autoriza a propositura de emendas constitucionais por iniciativa popular.
- 85 Partidos políticos têm legitimidade para denunciar ao Tribunal de Contas da União irregularidades na aplicação de recursos públicos.
- 86 O preâmbulo da CF tem força normativa assim como as demais disposições constitucionais.
- 87 Não há representantes da justiça eleitoral nem da justiça militar no plenário do Conselho Nacional de Justiça.
- 88 Intervenção federal só pode realizar-se em estados e no Distrito Federal.

Com relação a dado, informação, conhecimento e inteligência, julgue os itens que se seguem.

- 89 A filosofia do uso de dados abertos orienta que os dados sejam reutilizados amplamente, no entanto não é permitida a combinação de um *data set* aberto com conjuntos de dados não abertos.
- 90 O portal brasileiro de dados abertos (www.dados.gov.br) disponibiliza diversos conjuntos de dados em formatos PDF, CSV, HTML e JSON.
- 91 Dublin Core é um esquema de metadados que auxilia na descrição de objetos digitais por meio da definição de diversos elementos de metadados, entre os quais se incluem título, autor, assunto, formato e fonte.
- 92 Os metadados sintáticos, estruturais e semânticos descrevem, respectivamente, a sintaxe, a estrutura e o conteúdo dos dados.
- 93 Um dado que está inserido em um contexto pode ser denominado de informação.

A respeito de bancos de dados relacionais e de modelagem dimensional, julgue os itens subsequentes.

- 94 No modelo relacional de bancos de dados, os elementos ficam armazenados em tabelas bidimensionais simples, contendo linhas (registros) e colunas (campos), e os elementos de um arquivo do banco podem relacionar-se com diversos elementos de outros arquivos.
- 95 As limitações dos bancos de dados relacionais que utilizam modelo entidade-relacionamento podem ser superadas por meio do uso de ferramentas OLAP (*online analytical processing*).
- 96 ETL (*extract transform load*) é uma ferramenta utilizada para extrair informações e realizar análise multidimensional no *data warehouse*.
- 97 Nas operações do OLAP, o *drill-down* aumenta o nível de detalhamento, ao passo que o *drill-up* diminui o nível de granularidade das dimensões em um *data warehouse*.
- 98 A construção de um *data mart* antecede a criação de um *data warehouse*.
- 99 O *data warehouse* empresarial, ou EDW (*enterprise data warehouse*), é uma das aplicações do *data warehouse* que permite a integração em larga escala de dados oriundos de diversas fontes em formato padronizado, para subsidiar a inteligência de negócios.
- 100 Enquanto os depósitos de dados e seus subconjuntos *data marts* são bancos estáticos, ou seja, não mais sofrem mudanças depois de agrupados, formatados e armazenados seus dados em um repositório, os bancos de dados típicos mudam constantemente, sendo dinâmicos por natureza.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 101** O governo pode deixar de executar despesas fixadas na lei orçamentária anual, à exceção de casos específicos previstos na legislação vigente.
- 102** O princípio orçamentário da programação determina que as receitas e despesas sejam integralmente programadas no orçamento, sendo vedada qualquer dedução.
- 103** A competência do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal no âmbito setorial restringe-se a aprovar os planos elaborados pelos diversos órgãos da administração pública direta.

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue os itens que se seguem.

- 104** No âmbito do plano plurianual, os produtos compreendem as consequências das atividades realizadas em cada programa, enquanto os resultados são as mudanças na realidade social observadas no curto prazo.
- 105** Se a receita arrecadada for insuficiente para o cumprimento das metas fiscais, a consequente limitação de empenho deverá obedecer aos critérios estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- 106** A lei orçamentária anual pode prever investimento com duração superior a um exercício financeiro, se uma lei específica autorizar a inclusão do referido investimento no plano plurianual.
- 107** Cada órgão setorial de planejamento e orçamento é responsável pela elaboração da proposta das unidades orçamentárias sob sua supervisão.

Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue os itens subsequentes.

- 108** O crédito adicional constitui dotação isolada da lei orçamentária anual, sendo vedada sua incorporação no crédito orçamentário.
- 109** A avaliação do cumprimento dos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial deve ser feita exclusivamente por meio de convocação do ministro da Economia para audiência pública no Congresso Nacional.
- 110** É vedado ao presidente da República propor modificação integral da proposta de lei orçamentária anual, se uma parte da referida proposta tiver sido aprovada na comissão mista de orçamentos.

Em relação às receitas públicas, julgue os itens a seguir.

- 111** A classificação da receita orçamentária por fonte tem como finalidade identificar se os recursos são provenientes de tributos, da exploração do patrimônio estatal ou da exploração de atividades econômicas.
- 112** A receita da dívida ativa abrange créditos tributários e não tributários, sem o acréscimo de atualização monetária, multa e juros de mora, os quais serão contabilizados em rubricas próprias.

Acerca da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

- 113** A ordem de pagamento da despesa orçamentária somente pode ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.
- 114** A inscrição de restos a pagar não processados a liquidar ocorre quando tiver ocorrido o fato gerador da obrigação, antes do término do exercício em curso, sem que se tenha procedido o estágio da liquidação.
- 115** Restos a pagar com prescrição interrompida são considerados despesas de exercícios anteriores.
- 116** Despesas com suprimento de fundos sem a apresentação da prestação de contas até o encerramento do exercício devem ser inscritas em restos a pagar não processados.

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei n.º 4.320/1964, de transferências voluntárias e de infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, julgue os seguintes itens.

- 117** A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- 118** As cotas de receitas de transferência obrigatória entre entes públicos devem ser incluídas como despesa no orçamento do ente transferidor.
- 119** Transferência voluntária intergovernamental deve ser contabilizada pelo ente transferidor como despesa.
- 120** Infração administrativa contra as leis de finanças públicas cometida por servidor público federal no exercício de cargo em comissão em órgão estadual será processada e julgada pelo Tribunal de Contas da União.

No que se refere a *compliance* e à adoção de mecanismos de controle das estatais, julgue os itens seguintes.

- 121** As estatais devem observar regras de governança corporativa, de composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção.
- 122** As estatais devem observar requisitos de transparência, tais como elaboração de políticas de divulgação de informações, distribuição de dividendos e de transações com partes relacionadas.
- 123** As estatais devem adotar regras de estrutura organizacional e práticas de gestão de riscos e de controle interno e, também, de controle externo.

Acerca de auditoria governamental, julgue os itens que se seguem.

- 124** O gasto de R\$ 25.000 para o envio de uma equipe de fiscalização a um município distante, a fim de se verificar a aplicação de R\$ 9.000 de recursos públicos, contraria o princípio da relação custo/benefício do controle interno.
- 125** Em auditorias realizadas regularmente, os procedimentos de monitoramento podem fazer parte da avaliação de risco do ano subsequente.
- 126** O auditor deve, como parte do planejamento ou da condução da auditoria, evitar discutir os critérios de auditoria com a entidade auditada.
- 127** Uma abordagem orientada a problema tem como foco examinar, verificar e analisar as consequências de problemas específicos ou de desvios dos critérios de auditoria.

No que se refere ao plano de auditoria baseado em risco, julgue os itens subsequentes.

- 128** Somente após a emissão do relatório pelo tribunal de contas é que o auditor deve dar à entidade auditada a oportunidade de comentar sobre os achados, as conclusões e as recomendações da auditoria.
- 129** Para que o auditor possa estabelecer o tamanho da amostra necessária à redução de risco, ele pode valer-se da amostragem não estatística com vistas a avaliar com precisão a probabilidade de erro.
- 130** O auditor deve considerar a materialidade em todas as fases do processo de auditoria, incluindo os aspectos financeiros, sociais e políticos do objeto, com o objetivo de agregar tanto valor quanto seja possível.
- 131** O risco de não detecção de ato ilícito resultante de fraude é maior do que o risco de não detecção resultante de erro.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da execução de auditoria governamental.

- 132** Celso, analista de controle externo de determinado tribunal de contas, durante a execução de auditoria, realizou, junto a fontes externas, a verificação da fidedignidade das informações obtidas internamente do órgão auditado. Com base nessas informações, é correto afirmar que o procedimento de auditoria utilizado foi o de exame documental.
- 133** Pedro, auditor público, analisou os memoriais de cálculos de férias realizados por determinada entidade para o pagamento do benefício de um servidor. A partir dessas informações, é correto afirmar que o procedimento de auditoria utilizado nessa situação foi o de conferência de cálculos.
- 134** Enzo, gestor de auditoria interna de empresa pública, acompanhou, pessoalmente, a execução de inventário de determinados bens móveis, inclusive com a aplicação de testes flagrantes, com a finalidade de desvelar erros. Com base nessas informações, é correto afirmar que o procedimento de auditoria utilizado por Enzo foi o de confirmação interna.

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos elementos que compõem o patrimônio público.

- 135** A incerteza relacionada à existência de um ativo deve ser avaliada em cada data da demonstração contábil.
- 136** A ausência de prazo de extinção não impede que a obrigação origine um passivo.
- 137** No patrimônio líquido, o resultado do período deve ser somado com os resultados acumulados de períodos anteriores.

Acerca de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens a seguir.

- 138** A obrigação de pagamento tanto dos restos a pagar quanto das despesas de exercícios anteriores deve ser reconhecida pela autoridade competente em procedimento administrativo específico.
- 139** Independentemente de serem processadas ou não, só serão pagas as despesas inscritas em restos a pagar liquidadas.

Com relação às operações de crédito, julgue os itens subsequentes.

- 140** Como não impacta o patrimônio, a evidenciação da contratação de operação de crédito deve ser feita em contas de controle.
- 141** A parcela de encargos financeiros deve ser apropriada na data do vencimento da operação de crédito, na realização do seu pagamento.

Relativamente às variações patrimoniais qualitativas e quantitativas e às receitas e despesas sob o enfoque patrimonial, julgue os próximos itens.

- 142** Quando houver o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços, uma variação patrimonial aumentativa deverá ser registrada antes da ocorrência do fato gerador.
- 143** No caso do 13.º salário, uma variação patrimonial diminutiva deve ser reconhecida a cada mês trabalhado, concomitantemente com empenho, liquidação e pagamento da respectiva despesa orçamentária.

As seguintes transações foram contabilizadas no primeiro exercício financeiro já encerrado de determinada entidade governamental.

- I Aprovação da lei orçamentária anual no valor de R\$ 400 mil, sendo 50% na categoria econômica corrente e 50% na categoria econômica de capital.
- II Lançamento de impostos no valor de R\$ 200 mil, sendo arrecadados 70% desse valor.
- III Contratação de operação de crédito no valor de R\$ 200 mil, com recebimento imediato do recurso, que foi utilizado para a compra à vista de um imóvel para uso da entidade.
- IV Empenho, liquidação e pagamento de folha de pessoal no valor de R\$ 120 mil.
- V Recebimento de garantia no valor de R\$ 20 mil, passível de devolução.

Julgue os itens subsequentes, considerando o fechamento das demonstrações contábeis do respectivo exercício financeiro, geradas a partir das informações apresentadas.

- 144** O resultado orçamentário do exercício (ROE) foi superavitário em R\$ 20 mil.
- 145** O resultado financeiro do exercício (RFE) foi superavitário em R\$ 40 mil.
- 146** O resultado patrimonial do exercício (RPE) foi superavitário em R\$ 100 mil.

147 A demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) não precisa ser elaborada na entidade, uma vez que só é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas.

Julgue os seguintes itens, com relação à execução orçamentária e financeira das receitas e despesas públicas.

148 Serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, incluindo-se as provenientes de operações de crédito por antecipação da receita.

149 Quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados como receitas orçamentárias.

150 Em geral, os ingressos extraorçamentários trazem reflexos no patrimônio líquido das entidades governamentais.

Julgue os próximos itens, a respeito de controle da administração pública.

151 No Brasil, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário são legitimados para exercer o controle externo, que deve ser efetuado por órgãos alheios à administração.

152 Os ministérios públicos dos estados e da União não possuem competência para exercer o controle externo da administração pública.

153 O poder de autotutela permite à administração pública rever os seus próprios atos quando estes forem ilegais, inoportunos ou inconvenientes; o poder de tutela consiste na fiscalização exercida por órgão da administração direta sobre entidade da administração indireta, nos termos definidos em lei, para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais.

154 Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, não há óbice para que um estado da Federação crie um tribunal de contas dos municípios daquele estado.

Considerando as disposições da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens que se seguem.

155 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do estado do Rio de Janeiro e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas deverá ser exercida pelo TCE/RJ, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada poder.

156 A comissão permanente que cuida do orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro poderá, diante de indícios de despesas não autorizadas, após receber pronunciamento conclusivo do TCE/RJ acerca da matéria, sustar a despesa, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.

157 O TCE/RJ é composto por sete conselheiros, que possuem as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do tribunal de justiça, e por três auditores substitutos, que, quando em substituição a conselheiro, possuem as mesmas garantias e impedimentos do titular.

158 Os conselheiros do TCE/RJ podem ser julgados por infrações administrativas pela assembleia legislativa, com pena que pode levar à perda do cargo.

159 O TCE/RJ prestará suas contas, anualmente, à assembleia legislativa, no prazo de sessenta dias da abertura da sessão legislativa.

Considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens subsequentes, no que se refere a competências desse tribunal.

160 Compete ao TCE/RJ decidir, em grau de recurso, sobre multas impostas por autoridade administrativa, no âmbito do controle interno.

161 Compete ao TCE/RJ apreciar, para fins de registro, concessão de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma e pensão.

162 Compete ao TCE/RJ realizar o controle difuso e concentrado de constitucionalidade em matérias de sua competência.

Acerca dos recursos existentes no TCE/RJ, julgue os itens subsecutivos, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

163 Segundo o referido regimento, o TCE/RJ processará e julgará os seguintes recursos: recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração, agravo e recurso de revisão.

164 São irrecorríveis os pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelo governador do estado e pelos prefeitos municipais.

165 O relator poderá decidir pelo não provimento do recurso de reconsideração ou do recurso de revisão, por meio de decisão monocrática sujeita a agravo, quando o recurso for contrário a súmula do tribunal de justiça sobre direito local.

Julgue os itens seguintes, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e com a Lei Orgânica do Estado do Rio de Janeiro.

166 São órgãos do TCE/RJ o plenário, a presidência, as delegações de controle e o Ministério Público junto ao TCE/RJ.

167 O Plenário e as Câmaras do TCE/RJ podem se reunir de forma presencial e virtual. Não poderão, no entanto, ser apreciados em sessões virtuais os processos que contenham pedido de sustentação oral.

168 Todas as faculdades processuais poderão ser exercidas pessoalmente pelos interessados ou por procuradores legalmente constituídos, salvo as defesas orais no plenário, que deverão ser feitas exclusivamente por advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

169 Nas sessões do plenário, o Ministério Público será representado pelo terceiro subprocurador-geral da justiça, ou por seu substituto.

De acordo com a Lei Estadual n.º 4.787/2006, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreiras do TCE/RJ, julgue o item a seguir.

170 Os cargos em comissão integrantes da estrutura da Secretaria-Geral de Controle Externo serão preenchidos preferencialmente por servidores efetivos do quadro de pessoal do TCE/RJ.

Julgue os próximos itens, relativos a licitações, contratos e convênios.

- 171** A duração dos contratos regidos pela Lei n.º 8.666/1993 ficará obrigatoriamente adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- 172** No pregão, declarado o vencedor, qualquer licitante terá o prazo de dois dias para manifestar a intenção de recorrer.
- 173** Caso o edital preveja o fornecimento de bens ou a prestação de serviços em locais diferentes, é vedada a apresentação de proposta diferenciada por região.
- 174** Nos convênios e contratos de repasse, o projeto básico ou o termo de referência deverá ser apresentado antes da liberação da primeira parcela dos recursos.

Acerca de licitações e contratos, julgue os itens subsequentes.

- 175** No regime diferenciado de contratações públicas, é permitida a participação do elaborador do projeto básico na licitação ou na execução do contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço do órgão ou da entidade pública interessada.
- 176** Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto que envolvam alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados em parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite da garantia poderá ser elevado para até 10% do valor do contrato.
- 177** A pena estabelecida para os crimes previstos na Lei n.º 8.666/1993 será acrescida da terça parte caso o agente seja ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo poder público.
- 178** Se o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidos, será facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas por cada um dos licitantes no certame licitatório, inclusive quanto ao preço.

Com base nas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 13.303/2016 (Lei das Estatais), julgue os itens a seguir.

- 179** Em empresas públicas, o conselho de administração é responsável por aferir a adequação do controle interno e a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança.
- 180** O regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração pública a prerrogativa de alterar unilateralmente cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos.
- 181** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior impeditiva da execução do contrato, desde que regularmente comprovada, possibilita a rescisão determinada por ato unilateral e escrito da administração.
- 182** Toda prorrogação de prazo dos contratos regidos pela Lei n.º 8.666/1993 deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

À luz da legislação vigente acerca de licitações e contratos, julgue os itens que se seguem.

- 183** Não sendo caso de interesse público devidamente justificado, a doação com encargo deverá ser licitada, constando de seu instrumento, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.
- 184** É facultada a constituição de patrimônio de afetação que não se comunicará com o restante do patrimônio do fundo garantidor de parcerias público-privadas, ficando vinculado exclusivamente à garantia em virtude da qual tiver sido constituído.
- 185** É vedado à concessionária de serviço público contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.
- 186** No caso específico de reforma de edifício ou de equipamento, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem até o limite de 50%.

Com relação aos conceitos de análise de dados e informações, julgue os itens a seguir.

- 187** A informação pode ser facilmente obtida por meio de máquinas, além de ser transferível e frequentemente quantificável.
- 188** O conceito de inteligência está relacionado à capacidade de julgamento, ou seja, o ser humano usa o seu conhecimento para tomar a melhor decisão em uma situação real.
- 189** No nível de mensuração da análise exploratória de dados, as variáveis são classificadas como dependentes e independentes.
- 190** As três normas fundamentais que compõem o conceito de dados abertos são: disponibilidade e acesso; reúso e distribuição; e participação universal.

Julgue os itens que se seguem, a respeito de bancos de dados relacionais.

- 191** Utilizada para recuperar dados de um banco de dados SQL, a lógica booleana possui três operadores básicos: AND, OR e NOT.
- 192** Os relacionamentos entre os elementos de um sistema podem ser expressos por meio de diagramas como o modelo entidade-relacionamento (MER), que permite organizar o sistema de banco de dados em entidades, atributos, relacionamentos e associações.
- 193** Superchaves e chaves primárias são utilizadas para diferenciar de maneira única as instâncias de uma entidade, assim como para facilitar o processamento.
- 194** Para o processamento de grandes quantidades de transações, de modo rápido e eficaz, é mais indicado o modelo relacional de bancos de dados do que os modelos orientados a objetos ou multidimensional.

Com relação a noções de mineração de dados e *Big Data*, julgue os itens que se seguem.

- 195** Na primeira fase do CRISP-DM (*cross industry standard process for data mining*), há o entendimento dos dados para que se analise a qualidade destes.
- 196** A fase de implantação do CRISP-DM (*cross industry standard process for data mining*) só deve ocorrer após a avaliação do modelo construído para atingir os objetivos do negócio.
- 197** A descoberta de conhecimento em bases de dados, ou KDD (*knowledge-discovery*), é a etapa principal do processo de mineração de dados.
- 198** Na mineração de dados preditiva, ocorre a geração de um conhecimento obtido de experiências anteriores para ser aplicado em situações futuras.
- 199** As regras de associação adotadas em mineração de dados buscam padrões frequentes entre conjuntos de dados e podem ser úteis para caracterizar, por exemplo, hábitos de consumo de clientes: suas preferências são identificadas e em seguida associadas a outros potenciais produtos de seu interesse.
- 200** Em *Big Data*, a premissa volume refere-se à capacidade de processar, em um ambiente computacional, diferentes tipos e formatos de dados, como fotos, vídeos e geolocalização.
-

Espaço livre
